

ATA N.º 8

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, no edifício da Sede da Junta de Freguesia, Largo Herculano, N.º20, reuniu a Assembleia de Freguesia da Lousã e Vilarinho em sessão ordinária nos termos do disposto nos nºs 1 e 2 do artigo 11.º da Lei 73/2013, de 12 de setembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto UM: Informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira;

Ponto DOIS: Apreciação e votação dos documentos da prestação de contas do ano anterior, sob proposta do executivo;

Ponto TRÊS: Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da autarquia;

Ponto QUATRO: Apreciação e votação de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais;

Ponto CINCO: Apreciação e votação da Revisão N.º1 do orçamento e da despesa;

Ponto SEIS: Apreciação e aprovação do projeto de regulamento de apoio ao movimento associativo.

O Presidente da Assembleia, Carlos Santos, começou por saudar os presentes dando de imediato início aos trabalhos.

Feita a chamada, verificou - se a ausência de João Santos do PS (substituído por Rui Trota), Tiago Henriques do PS Ana Seco do PS.

Registando-se a presença de público, o Presidente da Assembleia questionou se o mesmo pretendia usar da palavra no período que lhe estava destinado, não se registando nenhuma inscrição.

No ponto antes da ordem de trabalhos, Filipe Amado endereça um pedido ao Presidente António Marçal para a colocação de um espelho junto à capela de Vilarinho, em cruzamento que considera perigoso. Paulo Magro dirige algumas palavras aos presentes como saudação pela comemoração do vinte e cinco de abril e expressa um pedido de desculpas pela sua ausência no passeio pedestre organizado pela Junta de Freguesia por questões de saúde e lembra que falta enviar o regimento. Ainda neste ponto, solicita alguns esclarecimentos sobre as obras efetuadas no jardim-de-infância da ADIC, levantando algumas questões, nomeadamente acerca da sua orçamentação, ou seja, se

esta obra constou nos planos para 2018 e desta forma, qual a dotação orçamental inscrita no respetivo orçamento, com efeito quando é que foi deliberado pelo executivo, qual o montante gasto e pago pela Junta de Freguesia e a quem foi adjudicada a obra. O Presidente da Junta, António Marçal, explica que a estrada identificada por Filipe Amado, não está sob a alçada da Junta, no entanto vai realizar as diligências necessárias para que seja possível proceder-se à colocação do mesmo. Face ao exposto por Paulo Magro, o Presidente da Junta explica que todas as intervenções que tenham como objetivo a qualidade de vida dos cidadãos são da competência da Junta, e conforme consta da Lei 75/2013, são atribuições da freguesia a promoção e salvaguarda dos interesses das respetivas populações, designadamente nos domínios da educação, cultura, tempos livres e desporto. Ou seja, as autarquias são entidades de fins gerais. E acrescenta que é impossível continuar a defender a desagregação das freguesias e não lutar para manter a atividade normal dos lugares, fixando a juventude e as crianças no território, nomeadamente de Vilarinho. Esclarece que o edifício funcionou desde sempre como escola primária e pré primária e que quando a vertente primária saiu, já foi a Junta que ajudou a ADIC na realização das obras necessárias para que as crianças pudessem usufruir de espaço com mais qualidade e claridade. Esclarece ainda que o orçamento e plano de atividades são elaborados de modo a puderem integrar as obras necessárias e urgentes, ficando devidamente salvaguardadas estas intervenções. Respondendo diretamente à questão sobre se a “obra constou nos planos para 2018” aconselha a leitura das páginas 8, 16 e 17 do documento “Grandes Opções do Plano e Orçamento” e que tem previsão orçamental com inscrição no classificador 070104 que tem uma dotação total de 93.077,00. A adjudicação foi feita pelo Presidente, no âmbito das suas competências, à firma Catulo, Lda, no valor de 1.091,76 (cabimento e compromisso n.º 199). A escolha recaiu sobre a firma que segundo indicação obtida já tinha efetuado a substituição das janelas na outra parte do edifício, ao que que julga, ainda antes da agregação das freguesias, e quando ali funcionava ainda uma EB1. Entrando no **Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos**, informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira. O Presidente da Junta, António Marçal, procedeu a uma breve explanação de diversas atividades promovidas, referindo que a informação apresentada é bastante completa e reflete o trabalho desenvolvido. Confessa estar preocupado com o parque de máquinas

da junta que está obsoleto e degradado, já que a área de intervenção é enorme, o que representa um desgaste muito grande. Na parte administrativa, ressalva que a anterior alteração do Regulamento Geral e Tabela de Taxas e Preços da freguesia permite o pagamento dos consumíveis e refletiu-se com efeito dissuasor no pedido indevido ou desleixado de atestados diversos.

Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos, apreciação e votação dos documentos da prestação de contas do ano anterior, sob proposta do executivo. Neste ponto, Paulo Magro questiona a razão de haver um aumento de vinte mil euros na rubrica “instituições sem fins lucrativos” em relação ao que foi inicialmente orçamentado. António Marçal esclarece que as receitas não são consignadas à despesa e que a despesa pode ser classificada em diversas rubricas. Colocado a votação, os documentos foram aprovados com sete votos a favor (PS) e quatro abstenções (PSD e BE).

Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos, apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da autarquia. Neste ponto, Filipe Amado informa que não constam do inventário as três garagens da junta, bem como o motocultivador, António Marçal, confirma a existência das garagens no inventário, e explica que o motocultivador já só tem valor residual.

Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos, apreciação e votação de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais. António Marçal esclarece que a lei foi alterada, passando o limite de 10% para 20% do valor Fundo de Financiamento das Freguesias, permitindo fazer contratos, para aquisição de equipamentos que vão além do mandato, o que permite uma gestão mais equilibrada. Colocado a votação, este ponto foi aprovado com dez votos a favor (PS e PSD) e uma abstenção (BE).

Quinto Ponto da Ordem de Trabalhos, apreciação e votação da Revisão N.º1 do orçamento e da despesa. Colocada proposta a votação, a mesma foi aprovada com dez votos a favor (PS e PSD) e uma abstenção (BE).

Sexto Ponto da Ordem de Trabalhos, apreciação e aprovação do projeto de regulamento de apoio ao movimento associativo. O Presidente da Junta, António Marçal, explica a importância de serem estabelecidos critérios na atribuição de subsídios, constituindo uma obrigação relativa à transparência. Como é um documento de eficácia externa, tem que ser sujeito à aprovação da assembleia. Neste ponto, Paulo

Magro questiona a possibilidade de serem apresentadas alterações ao presente projeto, mas António Marçal explica que estes documentos não estão sujeitos a alterações, já que cumpriram o período prévio de consulta pública. Colocada a proposta a votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.

Relativamente ao processo de desagregação das freguesias, António Marçal congratula-se pelo facto do governo ter acolhido os critérios da moção que elaborou e apresentou em tempo e locais oportunos, e explica que no ano de dois mil e vinte terá início o processo para corrigir aqueles que foram erros da agregação. O ponto de partida será em sede de Assembleia de Freguesia. Paulo Magro assegura que podem contar com todo o apoio e colaboração por parte do PSD.

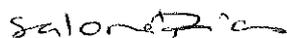
O Presidente da Assembleia propôs a atribuição de um voto de confiança à Mesa para redigir e aprovar a ata em minuta com a redação que for mais conveniente. Colocado à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a assembleia às vinte e três horas. Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

Carlos Manuel de Jesus Santos



Ana Salomé Brás Francisco Ferreira Dias



Hélder Quental Martins

